

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte ESTADO DE S. PAULO Class.: 670
Data 10/05/84 Pg.:

IBDF foi contra escolha da Capemi

Da sucursal de
BRASILIA

O ex-presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — Carlos Neves Galluf, exonerado do cargo antes da realização da segunda concorrência para exploração da madeira de Tucuruí, entregou a falida Agropecuária Capemi, afirmou ontem que, "jamais daria o contrato à Capemi, pois a empresa não tinha experiência, não tinha capital e não atendia às exigências fixadas no edital".

A afirmação foi feita em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga o escândalo Capemi, e deixou deputados e o relator da CPI, Matheus Schmidt (PDT-RS), convencidos de que "o ex-presidente foi afastado do cargo porque não permitiu que o Serviço Nacional de Informação — SNI — manobrasse para entregar o projeto à Capemi".

Depois do depoimento oficial, Galluf pediu: "Por favor, não de destaque ao que falei. Se o que eu disse sair com destaque nos jornais perco meu emprego. Você tem filhos? Eu tenho. Tenho uma filhinha linda. Não sou rico, preciso do emprego e tenho medo". Atualmente, Galluf trabalha na Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas, subsidiária do Ministério das Minas e Energia.

Galluf insistiu por diversas vezes na solicitação para que suas declarações não merecessem destaque nos jornais, certificando-se de que não havia nenhum deputado por perto afirmou: "O que eu mais gostaria de fazer é subir naquela tribuna e dizer tudo que sei. Mas não posso. Tenho medo". Nesse momento, um amigo de Galluf, que acompanhou seu depoimento, disse: "O último que falou foi encontrado com furos de bala, no mar", referindo-se ao jornalista Alexandre von Baumgarten, que denunciou o envolvimento do SNI com a Capemi.

Uma das perguntas a que Galluf respondeu com um "não sei" foi a do relator. Ele perguntou a Galluf se tinha conhecimento de que o ex-coordenador do Projeto Tucuruí, Roberto Amaral, teria recebido comissões ilegais nos negócios com a Capemi. Depois do depoimento oficial,

porém, Galluf afirmou, em tom de desabafo, que gostaria de ter dito o que sabe sobre Amaral. "Me deu uma coisa aqui — disse com a mão no peito —, mas não posso dizer, tenho medo. Mas o Amaral, o 'Barão', está rico, não está?".

Ao contrário do que tem acontecido nos demais depoimentos à CPI, em que os depoentes levam suas declarações por escrito, procurando explicar a participação no episódio, Galluf precisou escrever na hora, a mão, até mesmo seu *curriculum vitae*. Em seguida, explicou que foi convidado para o cargo pelo ex-ministro da Agricultura, Delfim Netto. Em janeiro de 1979, antes mesmo de assumir a presidência do IBDF, Galluf sobrevoou a área do Projeto Tucuruí que seria inundada e solicitou que a Elettronorte paralisasse o processo de licitação de desmatamento, marcada para fevereiro, alegando que o potencial era muito grande e que nenhum órgão tinha maior competência que o IBDF para coordenar o projeto.

Galluf foi atendido e, depois de novos levantamentos, reabriu o processo de licitação, já como presidente do IBDF, por convênio com a Elettronorte, passou a cuidar do assunto. Revelou, então, que havia empresas estrangeiras interessadas na compra da madeira e mesmo em investir na área para exploração, entre estas a Emser Werk, Inventa AG da Suíça, que visava a madeira de segunda qualidade para produção de etanol. Esse tipo de projeto, segundo Galluf, mostrava-se muito promissor, pois um grande volume de madeira de segunda qualidade seria retirado, com lucro, facilitando o trabalho com as madeiras nobres, de alto valor comercial.

Dentro desta perspectiva, Galluf pretendia que grandes empresas brasileiras, com experiência e capital suficientes, explorassem a área, preferencialmente na forma de consórcio. "O projeto era muito grande para ser de responsabilidade de uma só empresa", afirmou Galluf, que já havia definido critérios bastante rígidos para a concorrência. Relembrou que 14 grandes empresas, entre elas a Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht, Camargo Correa e Servix, compraram o edital. Na época da

apresentação das propostas, em março de 1980, no entanto, somente a Servix, se candidatou porém com falhas na proposta, que não detalhava garantias, preços e certas condições.

Matheus Schmidt e Orestes Muniz (PMDB-AM) ressaltaram, então, que os demais depoentes, como o ex-ministro da Agricultura, Amaury Stabile, e Roberto Amaral, haviam omitido esse detalhe em seus depoimentos. Galluf resolveu anular esta primeira concorrência e marcar uma segunda, para abertura 90 dias após, já que as empresas concorrentes haviam solicitado maior prazo para avaliação do projeto. Este levantamento particular era plenamente justificável, informou Galluf, pois havia uma previsão da Sudam de existência de seis milhões de metros cúbicos de madeira de primeira qualidade e outra, do Radam, estimando esse potencial em 12 milhões de metros cúbicos, enquanto a Hidrobrasil, empresa de consultoria contratada pelo governo, estimava esse volume em três milhões de metros cúbicos.

Galluf revelou, ainda, que no início de 1980 havia convidado um grupo de 30 empresários para que participassem da Feira de Hanover, na qual o IBDF instalou um stand para tentar conquistar o mercado europeu de madeiras, incentivando a iniciativa privada a participar desse esforço. Nesse grupo, afirmou, estavam o presidente do Grupo Capemi, general Muniz Aragão, acompanhado do superintendente da Agropecuária Capemi, Fernando Pessoa Aragão, a quem Galluf classificou de "ingênuo porém correto", assim como Pessoa, não demonstrou nenhum interesse no Projeto Tucuruí, durante esta viagem. Em Hanover, no entanto, Galluf conheceu representantes da Maison Lazard Freres, que depois iria coordenar o empréstimo de US\$ 25 milhões à Capemi, com aval do BNCC. Na ocasião, não recebeu dos franceses nenhuma proposta concreta, apenas demonstração de interesse em investir na área.

Foi quando preparava a segunda concorrência que Galluf foi exonerado, em 14 de maio de 1980. Inquirido insistentemente sobre os motivos de

sua exoneração, preferiu não esclarecê-la, atribuindo a demissão "a ciúmes" e a "incompatibilidades". Sua exoneração deu-se a pedido do então ministro da Agricultura, Amaury Stabile, de quem continuou amigo pessoal, assim como continua amigo do ex-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva, a essa altura já incompatibilizado com o ministro-chefe do SNI, general Octávio Medeiros.

Galluf disse, ao explicar, que promoveu uma "autolavagem cerebral" para esquecer esse período, pois amava o seu serviço e acreditava estar fazendo um bom trabalho, tendo cumprido todas as metas a que se propusera. Inquirido mais uma vez pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), Galluf, de cabeça baixa, afirmou em resposta: "Eu nunca daria o contrato para a Capemi".

O relator Matheus Schmidt afirmou que a demissão de Galluf deu-se porque a sua intransigência não permitia que a Capemi ganhasse a concorrência, como pretendia o SNI, fazendo com que o problema fosse até o Palácio do Planalto, de onde partiu a ordem, provavelmente do general Otávio Medeiros, de exoneração.

O ex-presidente do IBDF lembrou, ainda, que o fracasso da Capemi representou um grande prejuízo para o País que poderia, caso o Projeto Tucuruí fosse bem administrado, ocupar pelo menos o dobro de sua participação no mercado internacional de madeiras, hoje de apenas 1,5%. Considerou também totalmente desnecessária a participação de técnicos estrangeiros na exploração de Tucuruí, pois quem entende de Amazônia são os empresários, que já trabalham e conhecem a área.

Depois hoje na CPI o ex-coordenador do Projeto Tucuruí e ex-diretor de comercialização do IBDF, Roberto Amaral, impedido de depor anteriormente por uma manobra do deputado malufista, Siqueira Campos (PDS-GO). Também deverá ser novamente ouvido, em seguida, o ex-ministro Stabile, tendo sido adiada a convocação do general Newton Cruz, por um pedido de vistas do deputado Sebastião Curtó, ex-agente do SNI.



Foto Alencar Monteiro - Telefoto Estado

Após depor, Galluf disse que teme perder emprego

Curador aponta falhas no contrato com Funai

Da sucursal do
RIO

O curador de massas, Hélio Gama, oficiou ontem ao juízo da 7ª Vara de Falências e Concordatas e aos presidentes da CPI da Câmara dos Deputados que apura os escândalos da Capemi e do Tribunal de Contas da União, denunciando "graves irregularidades" na assinatura de um contrato firmado entre a Funai e o Ministério do Interior, visando à exploração das reservas indígenas de Tucuruí e Paracaná.

Nos documentos, o curador aponta a criação de um fundo especial na órbita do Ministério da Agricultura, destinado a atender despesas do custeio até de ETC, bem como outorgas a particulares do "desfrute de riquezas da cobertura madeireira de áreas públicas, sem regular concorrência". O convênio foi firmado pelo então ministro Amaury Stabile, por João Carlos Nobre da Veiga (Funai) e pelo ministro Mário Andreazza.

Na promoção encaminhada ao juízo da 7ª Vara de Falências, Hélio Gama sustenta que a Funai foi lesada em seu patrimônio, "se é verdade que toda a madeira estampada nas guias de folhas 18 a 152 dela foi retirada, sem que houvesse o correspondente pagamento". Acrescentou o curador de massas ter ficado evidente que, "pela ação de altos dignitários da República, operou-se ilegal manobra para entregar a particulares os espécimes florestais da cobertura das terras do domínio público da União, sem que houvesse regular licitação".

"Tudo, quando a exploração e a 'administração' dessa tarefa estava entregue a uma conhecida empresa empreiteira de obras públicas, a Servix Engenharia, e quando a representação da comercialização da madeira estava delegada a uma empresa de atividades químicas" (embora sem citá-la, o curador se refere à Metalquímica de propriedade de Ricardo Koury e de Paulo Renato de Oliveira Figueiredo).

INABILITAÇÃO

Essa promoção de Hélio Gama foi encaminhada ao juízo, por ter a Funai se apresentado na condição de credora na falência da Agropecuária Capemi.

"O síndico opinou contrariamente à inscrição do crédito, porque, em face dos documentos, não encontrou comprovação da execução dos serviços preconizados nos ajustes. A bem dizer, não se trata de 'execução de serviços', mas de alegada extração de madeira por parte da falida. Embora as considerações sobre os fatos lesivos ao patrimônio público, indiretamente, e à habilitante, diretamente, a curadoria é de parecer no sentido de que v. exa. (juízo da 7ª Vara)

obre por julgar improcedente a habilitação."

CASTANHEIRAS

Uma fonte da falida Agropecuária Capemi revelou ontem que eram de 93 mil hectares as reservas indígenas de Tucuruí e Paracaná, localizadas em terras altas, uma das melhores áreas de castanheiras. Os 93 mil hectares representavam vez e meia a própria área do desmatamento da represa.

Lembra a fonte que cerca de 80 a 90 índios que ocupavam a reserva foram desalojados "quase manu-militari" e deslocados, com ameaças e troca de violências. "Deram um chega para lá nos índios", frisa ainda o informante da falida Agropecuária Capemi, ao destacar que essas reservas indígenas não seriam inundadas, pois estavam acima da cota 70.

"Não foi à toa que os franceses se interessavam particularmente por essas reservas, resultado de muitos estudos feitos por eles", ressaltou a fonte, ao ironizar que a Funai repassou o convênio à falida Agropecuária Capemi, "como maneira de compensar a madeira retirada do vale nas piores condições, exigências de prazos etc."

O convênio agora denunciado pelo curador de massas foi assinado pelo então ministro Amaury Stabile, por João Carlos Nobre da Veiga (Funai) e pelo ministro Mário Andreazza, em 15 de dezembro de 1980. Foram testemunhas Luiz Zelza Neto e Roberto Ferreira do Amaral, este um dos denunciados pela Justiça do Rio no inquérito judicial da Agropecuária Capemi.

Na cláusula quinta, está dito que "dos recursos financeiros resultantes do presente convênio, 5% serão retirados pelo Ministério para fazer face a despesas não atribuíveis diretamente aos serviços, tais como administração, gerência, serviços de comunicações etc."

O curador classificou de "grave irregularidade" a instituição desse fundo.



Hélio Gama